



2020/2074(INI)

1.2.2021

PARECER

da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

dirigido à Comissão do Desenvolvimento Regional

sobre política de coesão e estratégias ambientais regionais na luta contra as alterações climáticas
(2020/2074(INI))

Relator de parecer: Francisco Guerreiro

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural insta a Comissão do Desenvolvimento Regional, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

- A. Considerando que se espera que, no período de 2021-2027, seja de 37 % a contribuição da política de coesão para o objetivo global de consagrar ao clima pelo menos 30 % do orçamento total da União e das despesas a título do instrumento Next Generation EU;
- B. Considerando que, segundo o Tribunal de Contas Europeu, a execução da meta da UE de redução de 20 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2020 levou a um financiamento mais elevado e mais bem orientado para a ação climática a título do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e da política de coesão, mas que, nos domínios da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas, não se verificou uma evolução significativa a favor da ação climática nem foram aproveitadas todas as oportunidades de financiamento de ações relacionadas com o clima¹;
- C. Considerando que se estima que entre 8 % e 10 % do total de emissões de gases com efeito de estufa tenha origem na perda e no desperdício de alimentos²;
 1. Assinala que o setor agrícola se reveste de uma importância estratégica para a segurança alimentar na UE e a nível mundial e que as comunidades agrícolas são as mais gravemente expostas às consequências das alterações climáticas.
 2. Salienta, por conseguinte, que a política de coesão deve apoiar uma forte integração das questões climáticas na agricultura e nos setores relacionados com a alimentação e garantir que todos os programas e projetos de financiamento da UE sejam integrados em estratégias que apoiem objetivos ambiciosos em matéria de clima, a fim de garantir uma transição equitativa para uma economia circular e com impacto neutro no clima e reforçar a capacidade dos agricultores em matéria de desenvolvimento sustentável; faz notar que a política de coesão deve ter em conta a sustentabilidade ambiental, social e económica e assegurar a justiça climática, a redução da pobreza e o reforço dos direitos dos trabalhadores deste setor;
 3. Frisa que, para reduzir todas as emissões associadas ao cultivo, à produção e ao transporte de alimentos, é essencial evitar e reduzir o desperdício e a perda de alimentos, bem como reforçar as estruturas locais e as cadeias de valor regionais;
 4. Sublinha que, em conformidade com o artigo 2.º do Acordo de Paris, a integração das questões climáticas na agricultura deve ser feita de modo a não pôr em risco a produção alimentar e a salvaguardar a segurança alimentar na União Europeia;
 5. Recorda que o Pacto Ecológico Europeu tem por objetivo proteger, conservar e reforçar o capital natural da União, assim como proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos face

¹ https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR16_31/SR_CLIMATE_PT.pdf [Relatório especial, 2016: Utilizar pelo menos um em cada cinco euros do orçamento da UE em ação climática: os trabalhos em curso são ambiciosos mas existe o sério risco de não serem suficientes, p. 7].

² <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-5/>.

a riscos e impactos relacionados com o ambiente;

6. Salienta que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento devem ser eficazes e complementares tanto no combate às alterações climáticas como na melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais;
7. Salienta que explorações pecuárias eficientes podem contribuir para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, reforçar os sumidouros e aumentar a produtividade;
8. Congratula-se com a aprovação do quadro financeiro plurianual da União para 2021-2027 (QFP) e do instrumento Next Generation EU, que formam uma base financeira sólida para apoiar as políticas que permitirão à União alcançar o objetivo de redução de, pelo menos, 55 % das emissões de gases com efeito de estufa em 2030³;
9. Sublinha que, para alcançar esse objetivo, as dotações dos FEEI destinadas a apoiar a transição para a neutralidade climática em todos os setores elegíveis deveriam, em última análise, ser reforçadas, da mesma forma que os recursos do FEDER afetados ao «objetivo ecológico e hipocarbónico»⁴;
10. Salienta a necessidade de respeitar o princípio de «não prejudicar» nas estratégias ambientais regionais;
11. Destaca que a escassez de recursos financeiros nos orçamentos da UE, dos Estados-Membros e das regiões será mais visível num futuro próximo devido à recessão económica sem precedentes causada pelas medidas relacionadas com a pandemia e pelo Brexit;
12. Sublinha que as despesas a título do QFP 2021-2027 e do instrumento New Generation EU destinadas ao objetivo climático estão fixadas em, pelo menos, 30 % do total das despesas, o que significa que, pelo menos, 547 mil milhões de EUR dos novos recursos financeiros da UE serão disponibilizados para a transição ecológica;
13. Realça a importância de associar as estratégias ambientais regionais, tanto urbanas como rurais, a objetivos climáticos ambiciosos que vão além do objetivo global de alcançar uma UE com impacto neutro no clima até 2050, tendo em conta o importante contributo dos setores agrícola, alimentar e florestal, uma vez que os solos e as florestas são os maiores reservatórios de CO₂ do mundo e as possibilidades que oferecem estão subaproveitadas;
14. Observa que estes objetivos têm de compatíveis com os objetivos globais da UE nesta matéria;
15. Salienta que a política de coesão deve ser consentânea com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e com as suas estratégias «do prado ao prato» e a favor da biodiversidade; sublinha que as estratégias ambientais regionais devem adotar uma abordagem equilibrada que tenha em conta os compromissos existentes entre a

³ Ver igualmente a posição inicial do Parlamento Europeu a favor de um objetivo de redução de 65 % das emissões de gases com efeito de estufa em 2030.

⁴ <https://www.caneurope.org/docman/climate-finance-development/3599-funding-climate-and-energy-transition-in-the-eu/file>.

atenuação das alterações climáticas, a proteção da biodiversidade e os aspetos económicos e sociais, a fim de fazer face a estas crises de forma coordenada;

16. Considera que as políticas ambiciosas da UE devem ser aplicadas por todos os intervenientes económicos e sociais e devem ter por objetivo, em particular, salvaguardar a segurança alimentar e preservar a acessibilidade dos preços dos alimentos;
17. Convida a Comissão a reconsiderar o papel da biotecnologia; assinala que a biotecnologia contribui para atenuar as alterações climáticas, pois propõe soluções para substituir os materiais de origem fóssil por outros de origem biológica; faz notar que a utilização sustentável das terras agrícolas é essencial para que os diferentes modelos de produção agrícola contribuam de forma eficaz para a atenuação das alterações climáticas;
18. Insiste na necessidade de a transição para a neutralidade climática ser justa e inclusiva, conferindo especial atenção aos cidadãos que vivem em zonas rurais e remotas;
19. Salienta que a inovação no domínio do melhoramento seletivo de plantas, através de ferramentas como a edição de genes, tem um enorme potencial no desenvolvimento de variedades com maior capacidade de atenuação das alterações climáticas;
20. Considera que uma agricultura inteligente face ao clima depende da utilização e do desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, especialmente no caso dos pequenos agricultores e produtores biológicos;
21. Solicita à Comissão que, a fim de atenuar as alterações climáticas, não concentre os seus esforços exclusivamente no desenvolvimento da agricultura biológica, mas incentive também os modelos de produção integrada, a agricultura de precisão ou as técnicas de conservação do solo;
22. Solicita dados sólidos, um melhor acesso à informação e uma formação completa dos agricultores, a fim de facilitar a identificação e a adoção de boas práticas para atenuar as alterações climáticas;
23. Sublinha que as estratégias ambientais regionais devem excluir qualquer tipo de apoio aos combustíveis fósseis e a projetos relativos a infraestruturas de gás fóssil e devem apoiar a produção de energias renováveis e a utilização eficaz dos recursos nos setores agrícola, alimentar, agroflorestal e florestal, garantindo a igualdade de tratamento de todos os possíveis beneficiários; realça que tal medida beneficiaria não só a biodiversidade e as emissões de gases com efeito de estufa, como também poderia reduzir os custos dos fatores de produção agrícola e ter um impacto positivo na economia regional;
24. Sugere que as autoridades competentes deem prioridade às opções mais sustentáveis e cujo tempo de reposição do carbono corresponda aos objetivos climáticos da UE, como a energia eólica, a energia das ondas ou a energia solar, e que sujeitem os projetos de bioenergia a critérios de sustentabilidade e elegibilidade rigorosos e atualizados do ponto de vista científico, que tenham igualmente em conta a disponibilidade do tipo de biomassa em questão, bem como os objetivos de recuperação e proteção;

25. Salienta que o setor agrícola é capaz de produzir energia renovável, como o biogás, a partir de resíduos agrícolas e de resíduos como o estrume, ou a partir de outras fontes de resíduos, bem como de resíduos provenientes da indústria alimentar, dos esgotos, das águas residuais e dos resíduos urbanos;
26. Destaca a importância de conservar o fósforo nos campos, reciclando-o, a fim de evitar a poluição e a necessidade de adicionar fósforo, e solicita que a política de coesão apoie projetos que visem este objetivo, nomeadamente através da reciclagem dos excrementos humanos;
27. Assinala a importância de tirar partido do potencial da economia circular, que contribui para uma utilização mais eficiente dos recursos e promove um consumo sustentável; sublinha o papel importante da bioeconomia circular na luta contra as alterações climáticas;
28. Observa que o desenvolvimento da economia circular e da bioeconomia criará mais postos de trabalho na produção primária, e salienta que a bioeconomia requer o desenvolvimento e/ou a integração de novas competências, novos conhecimentos e novas disciplinas na formação e no ensino neste setor, a fim de fazer face às mudanças da sociedade relacionadas com a bioeconomia, promover a competitividade, o crescimento e a criação de emprego, satisfazer as necessidades do setor e assegurar uma melhor correspondência entre as competências e os postos de trabalho;
29. Salienta que a produção de energias renováveis, como o biogás, oferece aos agricultores enormes possibilidades de aumentarem a sua eficiência climática, contribuindo para tornar a agricultura sustentável um modelo comercial lucrativo que oferece oportunidades de crescimento e de emprego (qualificado) nas zonas rurais; sublinha que o investimento necessário é substancial e que, por conseguinte, os agricultores necessitam de financiamento acessível;
30. Insiste em que as estratégias ambientais regionais devem prestar atenção especial ao apoio à substituição de materiais com elevado teor de combustíveis fósseis por materiais renováveis e de origem biológica, provenientes da silvicultura e da agricultura, na medida em que estes dois setores funcionam simultaneamente como emissores e sumidouros de carbono;
31. Salienta que é necessário um sistema de eliminação progressiva das energias fósseis em cada setor, a fim de contribuir para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico e para a neutralidade climática;
32. Sublinha que, para o desenvolvimento da política de coesão e das estratégias ambientais regionais, seria necessário alinhar verdadeiros incentivos às empresas pelos objetivos políticos em matéria de luta contra as alterações climáticas;
33. Salienta que a gestão florestal sustentável e próxima da natureza é crucial para a absorção contínua de gases com efeito de estufa da atmosfera e também permite fornecer matérias-primas renováveis e respeitadoras do clima para produtos de madeira que armazenam carbono e podem servir de substituto dos materiais e combustíveis fósseis;

34. Sublinha que a «tripla função» das florestas (sumidouro, armazenamento e substituição) contribui para reduzir as emissões de carbono libertadas na atmosfera, garantido simultaneamente que as florestas continuem a crescer e a prestar muitos outros serviços, pelo que estas devem fazer parte integrante das estratégias ambientais regionais;
35. Recorda a importância, para a atenuação das alterações climáticas, de relocalizar e reforçar a produção europeia de alimentos para consumo humano e animal, incluindo proteínas vegetais⁵ e culturas de utilização eficaz como plantas forrageiras perenes, bem como de promover o consumo de produtos locais, a fim de reduzir as distâncias de transporte e limitar a desflorestação; realça as oportunidades oferecidas pela política de coesão e pelas estratégias ambientais regionais para apoiar esta relocalização;
36. Realça o impacto positivo das cadeias de abastecimento curtas, que contribuem para reduzir o desperdício alimentar; recorda que a agricultura urbana permite enriquecer a biodiversidade urbana, gerir melhor os resíduos através da compostagem de proximidade, reter a água da chuva e melhorar a qualidade do ar, e solicita que a política de coesão reforce os sistemas alimentares domésticos, de proximidade e territoriais nas cidades e seus arredores; sublinha a necessidade de apoiar as práticas agrícolas sustentáveis e de ajudar os pequenos agricultores e os produtores locais a obterem o financiamento necessário e a identificarem e utilizarem eficientemente os instrumentos de financiamento disponíveis a nível local, nacional e europeu;
37. Assinala que, para a pecuária, os prados permanentes são um instrumento essencial para a realização dos ambiciosos objetivos estabelecidos em matéria de clima;
38. Recorda que, para além do sequestro de carbono, as florestas têm um impacto benéfico no clima, na atmosfera, na preservação da biodiversidade e na gestão dos rios e dos cursos de água, preservam os solos da erosão provocada pela ação da água e do vento e possuem outras propriedades naturais úteis;
39. Considera que os fundos da política de coesão devem preservar o papel multifuncional das florestas, garantir uma boa diversidade das espécies florestais e preservar e multiplicar os recursos florestais para o bem-estar da população e a melhoria do ambiente;
40. Salaria a importância de manter os jovens nas zonas rurais e de encorajar o regresso dos que as abandonaram, a fim de aproveitar as suas perspetivas e os seus conhecimentos hodiernos sobre a proteção do ambiente e as alterações climáticas e transformar as zonas rurais com problemas demográficos em comunidades sustentáveis, prósperas e animadas; destaca, por conseguinte, a importância de um apoio adequado dos programas da política de coesão a favor dos jovens;
41. Expressa a sua preocupação com o facto de ser necessário continuar a produzir grandes quantidades de alimentos com menos terras férteis, solos e água poluídos, zonas de pesca muito reduzidas e, por vezes, condições meteorológicas extremas;
42. Regista com preocupação que a pandemia de COVID-19 mostrou a vulnerabilidade das

⁵ Ver Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o desenvolvimento das proteínas vegetais na União Europeia.

idades em caso de interrupção do abastecimento, nomeadamente de alimentos;

43. Sublinha a necessidade absoluta de a União adotar uma política de resiliência face aos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente nos setores agrícola e alimentar; acredita que a política de coesão pode desempenhar um papel positivo nesta matéria;
44. Considera que a política de coesão deve apoiar a criação de cadeias de abastecimento mais curtas para os nossos sistemas alimentares, nomeadamente através da relocalização da nossa produção agrícola; sublinha que o objetivo dessa relocalização é produzir, transformar e consumir alimentos localmente, a fim de reforçar a segurança alimentar das regiões europeias, criar empregos locais e reduzir drasticamente o nosso consumo de energias fósseis e, por conseguinte, o nosso impacto no clima;
45. Entende que a política de coesão deve apoiar projetos regionais destinados a construir sistemas agrícolas do futuro orientados para a policultura, combinando várias espécies vegetais (associações de culturas), culturas arvenses e árvores (agrossilvicultura), e mesmo misturas de culturas, árvores e animais (agricultura de conservação e permacultura); sublinha que esses agroecossistemas ganhariam em biodiversidade e heterogeneidade, o que reduziria a sua vulnerabilidade às doenças e às perturbações climáticas;
46. Insta a que a política de coesão reforce os sistemas agrícolas urbanos e periurbanos, desenvolvendo hortas urbanas, hortas em telhados e sistemas de permacultura urbana e de aquaponia; sublinha, no entanto, que, embora melhore significativamente a segurança alimentar das populações urbanas, a agricultura urbana continuará a ser um complemento ao abastecimento alimentar nas grandes cidades; sublinha, por conseguinte, que é necessário proteger e favorecer a agricultura periurbana;
47. Considera que o desenvolvimento das florestas urbanas é de grande interesse para atenuar as consequências do aquecimento global nas cidades, especialmente durante as vagas de calor; sublinha que, segundo a ONU, as sombras criadas pela vegetação urbana podem reduzir a necessidade de ar condicionado em 30 %;
48. Recorda que o desenvolvimento da regeneração da cobertura vegetal nas cidades pode permitir constituir ilhas de biodiversidade, reduzir a poluição sonora e atmosférica, restaurar solos degradados, prevenir secas e constituir importantes sumidouros de carbono;
49. Sublinha, no entanto, que é essencial garantir uma grande diversidade das espécies florestais plantadas nas cidades e favorecer as espécies autóctones;
50. Sublinha igualmente as limitações do uso de renques de árvores; insiste na necessidade de as espécies florestais serem diversificadas e selecionadas de acordo com as funções que devem desempenhar de forma complementar, juntamente com os arbustos, a vegetação herbácea e as zonas de terra solta; solicita igualmente que seja dada prioridade à plantação de árvores de fruto nas cidades; considera que os fundos da política de coesão devem apoiar projetos que cumpram estas condições;
51. Destaca as virtudes do desenvolvimento da pastagem ecológica nas zonas urbanas; insta a que os fundos da política de coesão apoiem os projetos existentes neste sentido;

52. Salienta que as estratégias macrorregionais da UE devem contribuir para o reforço da cooperação, a fim de resolver problemas, tanto a nível das regiões como a nível das bacias fluviais, relacionados com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas nos setores agrícola, alimentar, agroflorestal e florestal, em domínios como a proteção contra inundações, secas e incêndios, a requalificação dos rios e a melhoria da conectividade fluvial, a gestão coletiva eficiente dos resíduos, nomeadamente por meio de novas tecnologias de reciclagem para a gestão dos resíduos agrícolas, inclusivamente com o objetivo de produzir energia, tornar as explorações agrícolas mais resilientes face a riscos comuns e reforçar as cadeias de abastecimento curtas, cuja importância foi colocada em evidência pelas consequências da crise da COVID-19;
53. Sublinha que as estratégias ambientais devem apoiar e completar as estratégias macrorregionais da UE neste domínio; apela a um plano europeu de combate à desertificação e à degradação dos terrenos agrícolas, apoiado por estratégias ambientais macrorregionais;
54. Realça a importância de respeitar o princípio da parceria em toda a programação, execução e monitorização da política de coesão da UE e de criar uma forte cooperação entre as autoridades regionais e locais, as ONG e as partes interessadas, nomeadamente as organizações de agricultores e as ONG ambientais; salienta que este processo deve ter em conta a perspetiva de género;
55. Observa que as iniciativas comunitárias e de cidadania podem dar um forte apoio à transição ecológica, bem como à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas, e que os grupos de ação local e o programa LEADER podem ser instrumentos fundamentais para o efeito; incentiva os Estados-Membros e as autoridades regionais a coordenarem estes programas com as suas estratégias ambientais regionais;
56. Salienta que a política de coesão deve apoiar o investimento na educação e na formação, ajudando as autoridades locais, os trabalhadores e as empresas a terem em maior linha de conta os desafios colocados pelas alterações climáticas e o papel que podem desempenhar na atenuação das alterações climáticas e na adaptação às mesmas nos respetivos setores;
57. Destaca a importância de facilitar sinergias entre a política de coesão e a política agrícola comum, com vista a apoiar as zonas rurais que são extremamente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas e a garantir a transição para uma economia com impacto neutro no clima e centrada na coesão social e económica;
58. Salienta a importância dos fundos estruturais para ajudar as pequenas e médias empresas do setor agroalimentar a tornarem-se mais competitivas e respeitadoras do ambiente;
59. Frisa a importância do conceito de «aldeias inteligentes» para superar os desafios climáticos da União e congratula-se com a sua integração na futura PAC, na política de coesão e na política regional da União; insiste em que os Estados-Membros incluam a abordagem de «aldeias inteligentes» no seu programa operacional para a execução da política de coesão da UE a nível nacional e regional, bem como nos seus planos estratégicos da PAC, o que exigirá a elaboração de estratégias para as «aldeias

inteligentes»⁶ a nível nacional; realça o papel da abordagem LEADER/DLBC na execução das estratégias para as «aldeias inteligentes», que deverão incidir principalmente na digitalização, na sustentabilidade e na inovação;

60. Sublinha as possibilidades de desenvolvimento e de reabilitação de zonas abandonadas, que podem converter-se em novas zonas industriais e centros de incubação de empresas mediante a descontaminação do solo e a melhoria das condições ambientais de antigos terrenos industriais, a fim de reduzir a necessidade de construir em terrenos virgens e atrair empresas e investimentos regionais, criando simultaneamente empregos;
61. Saúda a intenção da Comissão de apresentar uma estratégia para as zonas rurais e salienta a necessidade de reforçar as sinergias entre os diferentes fundos estruturais e de investimento, com o objetivo de ajudar os setores agroalimentares a melhorarem a sua resiliência económica e a sustentabilidade ambiental.
62. Salienta que os investimentos em infraestruturas ecológicas sustentáveis a nível local e regional através da política de coesão da UE são essenciais para combater os impactos das alterações climáticas na agricultura e na silvicultura e para melhorar a resiliência climática das pessoas, da natureza e da economia;
63. Sublinha que a política de coesão deve concentrar-se na transição global da economia europeia para a bioeconomia assente em recursos biogénicos provenientes da agricultura e da silvicultura;
64. Realça as vantagens da criação de uma macrorregião mediterrânica, especialmente para impulsionar a produção e as possibilidades de exportação de produtos locais;
65. Destaca a importância de uma abordagem ascendente da coesão e do desenvolvimento regional, em virtude da qual as iniciativas seriam levadas a cabo a nível regional e/ou dos Estados-Membros;
66. Sublinha que a política de coesão e as estratégias ambientais regionais devem prestar uma atenção especial ao aumento da utilização de madeira proveniente de florestas sustentáveis em todos os setores da economia (especialmente no setor da construção), na medida em que a madeira tem a propriedade única de armazenar grandes quantidades de CO₂ e, ao mesmo tempo, substituir recursos com grande intensidade energética, como o aço e o betão;
67. Considera que a digitalização e as tecnologias da inteligência artificial podem conduzir a uma agricultura mais sustentável, resiliente e eficiente na utilização de recursos, bem como criar novos tipos de empregos, mas requerem uma formação e um ensino adequados, aos quais todos devem ter acesso;
68. Sublinha a necessidade de reforçar os investimentos da UE em infraestruturas de banda

⁶ Artigo 72.º-B (alteração 513) da posição do Parlamento Europeu em primeira leitura sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (planos estratégicos da PAC) e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

larga nas zonas rurais, a fim de permitir que os agricultores integrem as tecnologias digitais para desenvolverem uma agricultura de precisão, que será essencial para a sua transição ecológica;

69. Salaria que as práticas agrícolas atuais e as iniciativas em matéria de infraestruturas ecológicas nos setores agrícola e florestal têm um efeito positivo nas reservas de carbono e no equilíbrio dos gases com efeito de estufa nos Estados-Membros;
70. Relembra que as iniciativas política atuais da UE devem ter em conta a competitividade a longo prazo da economia europeia e as preocupações das pequenas e médias empresas;
71. Destaca a necessidade de melhorar todos os tipos de conectividade (banda larga, transportes, etc.) nas zonas rurais de uma forma economicamente acessível, sustentável e respeitadora do ambiente;
72. Salaria que a adoção de uma política de coesão e de estratégias ambientais regionais orientadas para as alterações climáticas deve ter por base a ciência, a investigação e a inovação;
73. Sublinha que a investigação e os investimentos em soluções agrícolas eficazes em termos de clima e favoráveis à biodiversidade devem ser integrados nas estratégias ambientais regionais;
74. Realça a necessidade de os fundos da política de coesão apoiarem mais projetos de formação, nomeadamente no domínio da agroecologia.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	26.1.2021
Resultado da votação final	+ : 28 - : 11 0 : 6
Deputados presentes no momento da votação final	Mazaly Aguilar, Clara Aguilera, Atidzhe Alieva-Veli, Álvaro Amaro, Eric Andrieu, Attila Ara-Kovács, Carmen Avram, Adrian-Dragoş Benea, Benoît Biteau, Mara Bizzotto, Daniel Buda, Isabel Carvalhais, Asger Christensen, Angelo Ciocca, Ivan David, Paolo De Castro, Jérémy Decerle, Herbert Dorfmann, Luke Ming Flanagan, Dino Giarrusso, Francisco Guerreiro, Martin Häusling, Martin Hlaváček, Krzysztof Jurgiel, Jarosław Kalinowski, Gilles Lebreton, Norbert Lins, Chris MacManus, Colm Markey, Marlene Mortler, Ulrike Müller, Juozas Olekas, Pina Picierno, Maxette Pirbakas, Bronis Ropè, Bert-Jan Ruissen, Anne Sander, Petri Sarvamaa, Simone Schmiedtbauer, Annie Schreijer-Pierik, Veronika Vrecionová, Juan Ignacio Zoido Álvarez
Suplentes presentes no momento da votação final	Manuel Bompard, Marc Tarabella, Adrián Vázquez Lázara

**VOTAÇÃO NOMINAL FINAL
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

28	+
PPE	Álvaro Amaro, Daniel Buda, Herbert Dorfmann, Jarosław Kalinowski, Norbert Lins, Colm Markey, Marlene Mortler, Anne Sander, Petri Sarvamaa, Simone Schmiedtbauer, Annie Schreijer-Pierik, Juan Ignacio Zoido Álvarez
Renew	Atidzhe Alieva-Veli, Asger Christensen, Jérémy Decerle, Martin Hlaváček, Ulrike Müller, Adrián Vázquez Lázara
S&D	Clara Aguilera, Eric Andrieu, Attila Ara-Kovács, Carmen Avram, Adrian-Dragoş Benea, Isabel Carvalhais, Paolo De Castro, Juozas Olekas, Pina Picierno, Marc Tarabella

11	-
ECR	Mazaly Aguilar, Krzysztof Jurgiel, Veronika Vrecionová
ID	Ivan David
The Left	Manuel Bompard, Luke Ming Flanagan, Chris MacManus
Verts/ALE	Benoît Biteau, Francisco Guerreiro, Martin Häusling, Bronis Ropé

6	0
ECR	Bert-Jan Ruissen
ID	Mara Bizzotto, Angelo Ciocca, Gilles Lebreton, Maxette Pirbakas
NI	Dino Giarrusso

Legenda dos símbolos utilizados:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções